



**CONFORME SOLICITAÇÃO DO AUTOR, ESTA
PRODUÇÃO INTELECTUAL POSSUI
RESTRIÇÃO DE ACESSO**

**CAXIAS DO SUL
2018**



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO
CURSO DE DOUTORADO

LÍNGUAS MATERNAS INDÍGENAS: etnopolíticas públicas como elemento de sustentabilidade socioambiental do Estado Democrático Multiétnico de Direito

ÂNGELA IRENE FARIAS DE ARAÚJO UTZIG

CAXIAS DO SUL,
2021

ÂNGELA IRENE FARIAS DE ARAÚJO UTZIG

LÍNGUAS MATERNAS INDÍGENAS: etnopolíticas públicas como elemento de sustentabilidade socioambiental do Estado Democrático Multiétnico de Direito

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul, como requisito obrigatório para a obtenção do título de doutor em Direito.

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Lunelli

Coorientadora: Professora Doutora Cleide Calgaro.

CAXIAS DO SUL,

2021.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

U931 Utzig, Ângela Irene Farias de Araújo
Línguas maternas indígenas [recurso eletrônico] : etnopolíticas públicas
como elemento de sustentabilidade socioambiental do Estado Democrático
Multiétnico de Direito / Ângela Irene Farias de Araújo Utzig. – 2021.
Dados eletrônicos.

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-
Graduação em Direito, 2021.

Orientação: Carlos Alberto Lunelli.

Coorientação: Cleide Calgaro.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Política linguística. 2. Língua materna. 3. Línguas indígenas. 4. Política
pública. 5. Multilinguismo. 6. Estado de direito. I. Lunelli, Carlos
Alberto, orient. II. Calgaro, Cleide, coorient. III. Título.

CDU 2. ed.: 81'272

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Ana Guimarães Pereira - CRB 10/1460

ÂNGELA IRENE FARIAS DE ARAÚJO UTZIG

LÍNGUAS MATERNAS INDÍGENAS: etnopolíticas públicas como elemento de sustentabilidade socioambiental do Estado Democrático Multiétnico de Direito

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul, como requisito obrigatório para a obtenção do título de doutor em Direito.

Aprovado em: 31/08/2021.

Banca examinadora

Professor Doutor Carlos Alberto Lunelli – Orientador

Professora Doutora Cleide Calgaro – Coorientadora

Professora Doutora Ana Maria Paim Camardelo – Membro interno

Professora Doutora Maria Aparecida Lucca Caovilla - Membro externo

Professora Doutora Maria Emília Oliveira Chaves - Membro externo

Ao Deus do Universo do Grande Sol Central por me dar esperança de merecimento
para ver uma nova Terra.

Aos meus ancestrais com um pedido de perdão.

Ao Jô, meu marido, e à Lara, minha única filha, por tudo o que representam para
mim.

A todos os autores que, com seus preciosos contributos, deram-me voz neste
espaço de construção de aprendizado e de conhecimento.

DEDICO.

RESUMO

UTZIG, Ângela Irene Farias de Araújo. **LÍNGUAS MATERNAS INDÍGENAS: etnopolíticas públicas como elemento de sustentabilidade socioambiental do Estado Democrático Multiétnico de Direito**. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Caxias do Sul, RS, 2021.

Esta tese busca saber em que medida as Etnopolíticas Públicas Linguísticas têm contribuído para a sustentabilidade socioambiental do Estado Democrático Multiétnico de Direito no Brasil. Procura demonstrar, por um viés crítico e etnopolítico, como as políticas linguísticas influenciaram a preservação, ou não, do patrimônio linguístico brasileiro. Verifica o tratamento dado às LMI nas políticas públicas, desde o período colonial seiscentista europeu até a Constituição Federal do Brasil de 1988. Busca compreender como as implicações de políticas etnocêntricas culminaram no imperialismo linguístico da Língua Portuguesa em detrimento de todo o patrimônio linguístico e como isso afeta a formação de um Estado Socioambiental e Multiétnico de Direito, no que concerne à negação da pluralidade cultural e linguística no Brasil, e como isso se reflete na sustentabilidade, ou não, desse Estado. Para tanto, necessário, analisarem-se aspectos da sustentabilidade na construção de uma sociedade, tendo o etnodesenvolvimento como condição de sustentabilidade; ao mesmo tempo em que se analisam os reflexos do processo da Colonização Seiscentista Europeu no Brasil nas políticas linguísticas desse sistema de exploração e dominação nas políticas públicas adotadas pelo colonizador até a Constituição Federal de 1988. Também, como o modelo socioeconômico e político da Colônia à República refletiu na implantação do monolinguismo oficial com a adoção da Língua Portuguesa em detrimento do multilinguismo não oficial das cerca de 200 LMI. Perpassa pela análise da discricionariedade e como isso se reflete nas políticas públicas em todo o ciclo de construção de tais políticas, a partir da agenda governamental (Estado) e o papel participação de atores da sociedade civil. Destaca o papel do poder local para o fortalecimento de políticas linguísticas nacionais, bem como demonstra a situação mundial da extinção das LMI e a do Brasil, e, ao final, propõe algumas medidas que possibilitem a existência de um Estado Democrático Socioambiental Multiétnico de Direito. O estudo foi orientado pelo método de abordagem dedutivo, uma vez que a extinção das LMI atinge todo o mundo, sobretudo, em países não multiétnicos, sendo o Brasil um dos países que tem as Línguas insustentáveis e passíveis de extinção, também não multiétnico e não sustentável do ponto de vista da preservação do patrimônio linguístico. O método de procedimento foi o Método Histórico com o qual se buscou explicar as razões da extinção das LMI, cujos resultados dizem com as consequências do processo de colonização seiscentista europeu, doenças, guerras justas, mesclas de etnias, etnocídio, glotocídio estendendo-se aos dias atuais com a proclamação da Língua Portuguesa como a Língua Padrão Oficial do Brasil, e etnocêntrica formação de pesquisadores e professores e deficiente reconhecimento operativo de etnopolíticas linguísticas efetivas.

PALAVRAS-CHAVE: etnopolíticas públicas; direitos linguísticos; Línguas Maternas Indígenas; sustentabilidade socioambiental; Estado Democrático Multiétnico de Direito.

ENEPOTOPO

UTZIG, Ângela Irene Farias de Araújo. **ITUAKYRY TÕ OMIRY: oty riry nah kure kowenu a otuenikara jumame tymoisme ehtohme.**

Sero ynymerohpyry poko oturupõko sã mana otara rĩko kowenu tomo ituakyry tõ akorehmatohme inonory kõ ewomatohme te morararo wewe tomo onẽnahkara ehtohme. Ynara kary se roropa ase otara toehse pake poe ituakyry tõ omiry toitoine emero nymyry pyra tonahkuhse? Otara tyrise europeu tomo a ituakyry tõ omiry enahkatohme, Kõxituisãu Federal 1988 ponaro. Morararo seromaroro moro sã exĩko ropa mana Karaiwa tõ Omiry ituakyry omiry zuhporo imotye mana. Morara exiryke, moro pokoino tarame tuhke ituakyry tõ omiry tonahse, anakorehmara governo tõ toehse exiryke enahpỹ maro exiry. Ituakyry tõ omiry rokẽ kara, aehtohkõ roropa te inonory komo tapyise tynonokãkara a. Moro sã exiryke emero zoty komo tonahse inapyry komo roropa arykatohtpyra toehse exiryke. Mame seromaroro ponaro koweno onenetupuhpyra ro ipunaka ituakyry tõ ehtoh poko te morararo aomiry komo jamihme pyra mana, karaiwa omiry zuhporo toehse exiryke. Morararo seromaroro pona kowenu onenetupuhpyraro ipunaka emero ituakyry tõ tyotyrokõ aehtohkõ nae mana aomiry kõ roropa tyotyoro mana oxisã pyra toh mana. Morara exiryke moro sã exizomopyra ehtohme, kurehxo koweno osenetuputyry topohme kure ituakyry tõ akorehmatohme eya. Moro sã koweno tosenetupuhse ahtao, kurehxo pape merory eya otuenikara jumame tymoisme ehtohme. Sero pata põkõ rokẽ kara, emero pato tõ punero ahno tõ omiry tyamihkehse exiryke. Morararo sero nase etyhpory po imerõko ro ase oturutoh poko koweno a tymoisme rytohme ituakyry tõ akorehmatoh poko aomiry komo onuenikapopyra ehtohme. Sero atamorepatopo tyrise ya nase josenetupuhtoh ae ituakyry tõ omiry poko otara exiryke ituakyry tõ omiry enatry ke (tuenikãko) moro waro jexiry se ase. Morararo tuaro se roropa ase oty rĩko koweno nae serohne omi tomo enahpyra ehtohme (omi otuenikara ehtohme). Moraramẽ osenetuputyase roropa ituakyry tõ omiry enatry ke. Mame tonetupuhse ya omi enahkapotopõpyry poko pake ahtao europeu tõ eporehkatopõpyry poe ro. Mame morohne poe, tyrohsẽ konõto toeporehkase te osetapatoht nae toehse te ituakyry tõ osehtao toehse toto tõtoximase te tyotyorõkomo ituakyry tomo tonahse, tuhke roropa omi tonahse ituakyry tõ omiry seromaroro ponaro tuhke pyra omi toehse zuhporo kaetoko karaiwa tõ omiry toehse Brasil põkõ omiry, tyorõ ko ituakyry tõ omiry onenepyrãh me samo repe. Sero nase ymero ase ituakyry tõ omiry enatry eneryke ya.

OMI TÕ APURUMAKATOPO: ituakyry tõ omiry; oturutopo omi poko; kowenu imerohpyry; karaiwa omiry zuhporo toehse.

ARAWAJE WAIANA APALAI, estudante do Mestrado em Linguística da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), tradutora deste resumo na Língua Indígena Apalai pertencente à família linguística Caribe, falada nas aldeias da Terra Indígena Paru D'este, no Sul do Estado do Amapá.

JOSINETE DE OLIVEIRA BARBOSA, co-autora da tradução deste resumo, Professora de Língua Portuguesa em Contexto Indígena, lotada na Escola Indígena Estadual Imakuana Amajarehpo, localizada no extremo Sul do Estado do Amapá, Parque Indígena do Tumucumaque.

RESUMEN

UTZIG, Ângela Irene Farias de Araújo. **LENGUAS MATERNALES INDÍGENAS: la etnopolítica pública como elemento de sostenibilidad socioambiental del Estado de Derecho Democrático Multiétnico.** Tesis (Doctorado en Derecho) - Programa de Postgrado en Derecho de la Universidad de Caxias do Sul, RS, 2021.

Esta tesis busca conocer en qué medida la Etnopolítica Pública Lingüística ha contribuido a la sostenibilidad socioambiental del Estado Democrático Multiétnico de Derecho en Brasil. Busca demostrar, desde una perspectiva crítica y etnopolítica, cómo las políticas lingüísticas influyeron en la preservación, o no, de la herencia lingüística brasileña. Verifica el tratamiento dado a LMI en las políticas públicas, desde el período colonial europeo del siglo XVII hasta la Constitución Federal de Brasil de 1988. Busca comprender cómo las implicaciones de las políticas etnocéntricas culminaron en el imperialismo lingüístico de la lengua portuguesa en detrimento de todo el patrimonio lingüístico y cómo esto afecta la formación de un Estado de Derecho Socioambiental y Multiétnico, en cuanto a la negación de la pluralidad cultural y lingüística en Brasil, y cómo esto se refleja en la sustentabilidad, o no, de ese Estado. Por tanto, es necesario analizar aspectos de la sostenibilidad en la construcción de una sociedad, teniendo el etnodesarrollo como condición para la sostenibilidad; analizando las consecuencias del proceso de colonización europea del siglo XVII en Brasil en las políticas lingüísticas de este sistema de explotación y dominación en las políticas públicas adoptadas por el colonizador hasta la Constitución Federal de 1988. Asimismo, como modelo socioeconómico y político de la Colonia a República se reflejó en la implementación del monolingüismo oficial con la adopción del idioma portugués en detrimento del multilingüismo no oficial de alrededor de 200 LMI. Permea el análisis de la discrecionalidad y cómo esta se refleja en las políticas públicas a lo largo del ciclo de construcción de dichas políticas, desde la agenda gubernamental (Estado) y el rol de participación de los actores de la sociedad civil. Destaca el papel del gobierno local en el fortalecimiento de las políticas lingüísticas nacionales, además de evidenciar la situación global de extinción de LMI y Brasil, y, al final, propone algunas medidas que posibiliten la existencia de un Estado Democrático Socioambiental Multiétnico de Ley. El estudio se guió por el método del enfoque deductivo, ya que la extinción de LMI afecta a todo el mundo, especialmente en países no multiétnicos, siendo Brasil uno de los países que tienen lenguas insostenibles y en extinción, además no multiétnicas y no sostenibles desde el punto de vista de la conservación del patrimonio lingüístico. El método de procedimiento fue el Método Histórico con el que se buscó explicar las razones de la extinción del LMI, cuyos resultados se relacionan con las consecuencias del proceso de colonización europea del siglo XVII, enfermedades, guerras justas, mezclas étnicas, etnocidio, glotocidio extendiéndose a los días actuales con la proclamación de la lengua portuguesa como Lengua Oficial Estándar de Brasil, y la formación etnocéntrica de investigadores y docentes y el deficiente reconocimiento operativo de las etnopolíticas lingüísticas efectivas.

PALABRAS CLAVE: etnopolítica pública; derechos lingüísticos; Lenguas maternas indígenas; sostenibilidad socioambiental; Estado de Derecho Democrático Multiétnico.

ABSTRACT

UTZIG, Ângela Irene Farias de Araújo. **INDIGENOUS LANGUAGES: public ethnopolitics as an element of the Multi-Ethnic Democratic State of Law's socio-environmental sustainability.** Thesis (Doctoral Degree in Law) – Postgraduate Program in Law at the University of Caxias do Sul, RS, 2021.

ABSTRACT: This thesis aims to know to what extent Public Linguistic Ethnopolitics have contributed to the socio-environmental sustainability of the Multiethnic Democratic State of Law in Brazil. It seeks to demonstrate, from a critical and ethnopolitical perspective, how language policies influenced (or not) in the preservation of Brazilian linguistic heritage. It verifies the treatment given to indigenous languages (IL) in public policies, from the 17th-century European colonial period to the Federal Constitution of 1988. It seeks to understand how the implications of ethnocentric policies culminated in the linguistic imperialism of the Portuguese language to the detriment of the entire linguistic heritage and how it affects the formation of a Socioenvironmental and Multiethnic State of Law, with regard to the denial of cultural and linguistic plurality in Brazil, and how this is reflected (or not) in the State's sustainability. Therefore, it was necessary to analyze aspects of sustainability in the construction of a society, having ethnodevelopment as a condition for sustainability; at the same time, the consequences of the 17th century process of the European Colonization in Brazil are analyzed in the linguistic policies of this exploitation and domination system in the public policies adopted by the colonizer until the Federal Constitution of 1988. Also, it was intended to understand how the socioeconomic and political model from the Colony to the Republic reflected in the implantation of official monolingualism with the adoption of the Portuguese language at the expense of the unofficial multilingualism of around two hundred IL. It permeates the analysis of discretion and how this is portrayed in public policies throughout the construction cycle of such policies, from the governmental agenda (State) and the role of civil society actors' participation. It highlights the role of local government in strengthening national language policies, as well as demonstrating the global and local situation of IL's extinction, and, at the end, it proposes some measures that enable the existence of a Multiethnic Socio-environmental Democratic State of Law. The study was guided by the deductive approach method, since the extinction of IL affects the whole world, especially in non-multiethnic countries, with Brazil being one of the countries that have unsustainable and extinction languages, non-multiethnic and not sustainable from the point of view of preserving the linguistic heritage. The method of procedure was the Historical Method, in which it was sought to explain the reasons for IL's extinction, whose results relate to the consequences of the 17th century European colonization process, diseases, just wars, ethnic mixtures, ethnocide, glotocide extending to the current days with the proclamation of the Portuguese language as the Official Standard Language of Brazil, and ethnocentric training of researchers and teachers and deficient operational recognition of effective linguistic ethnopolitics.

KEYWORD: public ethnopolitics; linguistic rights; indigenous languages; socio-environmental sustainability; Multiethnic Democratic State of Law.